



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010404-59.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Nulidade / Inexigibilidade do Título**
Requerente: **MANOEL DE JESUS BARBOSA**
Requerido: **Banco Bradesco S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor questiona sua inscrição perante órgãos de proteção ao crédito realizada pela ré.

Alegou que não havia lastro que respaldasse essa negativação e que a última dívida que contraiu já estaria prescrita.

O documento de fls. 42/43 demonstra que o autor celebrou empréstimo junto ao réu no ano de 2007, o qual deveria ser quitado em prestações mensais.

A última parcela desse negócio tinha vencimento previsto para o dia 26 de novembro de 2010.

Já o documento de fl. 44 patenteia a condição de devedor do autor.

Instado a manifestar-se sobre isso (fl. 45), o autor permaneceu inerte (fl. 47).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

O quadro delineado conduz à rejeição da pretensão deduzida.

Com efeito, ela foi alicerçada no argumento de que o autor nada devia ao réu ou quando muito que eventual débito para com o mesmo estaria prescrito.

Não foi isso o que se viu, porém, a partir dos documentos que instruíram a peça de resistência apresentada, os quais denotam que o autor permanece como devedor do réu.

Em consequência, a negatificação do mesmo (consoante reconhecido na contestação – fl. 30, sétimo parágrafo) não se ressentiu de vício que pudesse render-lhe ensejo a dano moral indenizável.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 06 de fevereiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**